



MUNICÍPIO DE ARMAMAR

AQUISIÇÃO DE
PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL N.º 30MUNAMM24

CONSULTA PRÉVIA
CONVITE

JULHO 2024



ÍNDICE

1. Identificação do procedimento	2
2. Entidade adjudicante	2
3. Órgão que tomou a decisão de contratar	2
4. Fundamento da escolha do procedimento	2
5. Modo e prazo de apresentação da proposta	2
6. Esclarecimentos sobre as peças do procedimento	3
7. Documentos e elementos que constituem a proposta	3
8. Apresentação de propostas variantes	4
9. Caução para garantir o cumprimento de obrigações	4
10. Documentos de habilitação	4
11. Negociação	4
12. Critério de adjudicação	5
13. Assinatura eletrónica	6
14. Legislação aplicável	6
15. Lista de anexos	7



CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. Identificação do procedimento

O presente procedimento segue a tramitação da consulta prévia, nos termos dos artigos 112.º a 127.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP»), sendo designado por aquisição de bens móveis: “produtos de limpeza e higiene” em regime de fornecimento contínuo não vinculativo.

2. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o município de Armamar, pessoa coletiva pública n.º 506 843 190, sita na Praça da República 5110-127 Armamar, com o telefone n.º (+351) 254 850 800 e endereço eletrónico geral@cm-armamar.pt

3. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar consta no despacho emitido pelo Presidente da Câmara Municipal, João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca, nos termos do n.º I do artigo 36.º do CCP, conjugado com o disposto na alínea a), n.º I, artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, na sua atual redação.

4. Fundamento da escolha do procedimento

O presente convite é efetuado ao abrigo da consulta prévia, de acordo com o disposto na alínea c), n.º I do artigo 20.º do CCP.

5. Modo e prazo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

A proposta deve ser apresentada diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <http://pt.vortal.biz/Login>, até às 23:59 horas do 9.º dia a contar da data de envio do convite.

A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.

Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida anteriormente.

O prazo para apresentação da proposta é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.



6. Esclarecimentos sobre as peças do procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são do órgão competente para a decisão de contratar, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento através da plataforma no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

7. Visita aos locais objeto de intervenção

Os interessados na apresentação de propostas poderão conhecer *in loco* os edifícios contemplados na cláusula 23.º do caderno de encargos.

A visita aos edifícios deverá ocorrer até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, devendo ser precedida de agendamento.

8. Documentos e elementos que constituem a proposta

A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

1. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do ANEXO I ao CCP, e que constitui o ANEXO I do presente convite, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
2. Declaração na qual indique os dados de informação geral do concorrente, utilizando o formulário constante do ANEXO II ao presente convite, que deve ser enviado num ficheiro com extensão tipo “xls”;
3. Lista dos produtos, acessórios e ferramentas de limpeza e produtos de higiene a fornecer, de acordo com o formulário constante no ANEXO III com indicação dos preços unitários e globais e respetiva documentação comprovativa da sua conformidade com os requisitos, designadamente as fichas técnicas, ficha de segurança, instruções para os utilizadores, com evidência, quando aplicável, de rótulo ecológico da UE ou equivalente, informação sobre a taxa de diluição dos mesmos e especificação dos que são de microfibra;
4. Proposta de preço global que pode ser redigida de acordo com o modelo constante do ANEXO IV ao presente convite, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
5. Certidão permanente e se aplicável procuração;
6. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere relevantes, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP, para melhor esclarecimento dos atributos da proposta;

Os preços não incluem IVA e são indicados em euros e em algarismos, até duas casas decimais.

A proposta mencionará expressamente que aos preços acresce IVA à taxa legal em vigor.

Os concorrentes ficam obrigados a manter a sua proposta durante o período de 66 dias contados da data do termo do prazo para a sua entrega.

Não é permitida a apresentação de proposta com alterações de cláusulas do caderno de encargos.



Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta, são suportados integralmente pelos concorrentes.

9. Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

10. Caução para garantir o cumprimento de obrigações

Não é exigida a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

11. Documentos de habilitação

O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao CCP, e que constitui o Anexo V do presente convite, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Certidão contributiva a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a contribuições para a segurança social (certidão contributiva) em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certidão tributária a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) Comprovativo do registo central de beneficiário efetivo, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
- e) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva (empresa) e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP.

Os documentos identificados no presente ponto devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <http://pt.vortal.biz/Login>.

Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.

12. Negociação

Não haverá lugar a negociação das propostas.



13. Critério de adjudicação

Nos termos da alínea a), n.º I do artigo 74.º do CCP, a adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, determinada pela avaliação do preço, prazo de entrega dos bens objeto do contrato, e valia técnica da proposta, com as seguintes ponderações:

- a) Preço proposto – 50%;
- b) Prazo de entrega dos bens objeto do contrato – 20%;
- c) Valia técnica da proposta apresentada – 30%.

A proposta economicamente mais vantajosa (PEV) resultará da aplicação da ponderação dos fatores conforme expressão matemática que a seguir se explicita:

$$PEV = (0,50 \times \text{Fator 1}) + (0,20 \times \text{Fator 2}) + (0,30 \times \text{Fator 3})$$

Resulta desta expressão matemática um valor entre 0 e 100, sendo considerada a proposta economicamente mais vantajosa aquela que obtenha a melhor pontuação, isto é, aquela cuja pontuação se encontrar mais perto do valor máximo (100).

A. Densificação do Fator 1: Pontuação do preço proposto

Para apuramento do preço, somar-se-ão os preços unitários (propostos) de todos os artigos. A pontuação é obtida através do quociente da diferença entre o preço base do procedimento e o preço proposto, e o preço base do procedimento, vezes 100, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator 1} = [(\text{preço base} - \text{preço proposto}) / \text{preço base}] \times 100$$

B. Densificação do Fator 2: Pontuação do prazo de entrega dos bens

Para a avaliação do fator “prazo”, será considerado o prazo proposto pelo concorrente para a entrega dos bens objeto do contrato, conforme o estipulado na cláusula 7.ª do caderno de encargos – 20%

A pontuação variará entre o valor mínimo de 20 pontos e o máximo de 100 pontos, cuja avaliação assenta na ponderação dos descritores abaixo designados (20, 40, 60, 80 ou 100):

Descritores	Pontuação
No dia útil seguinte	100
No segundo dia útil seguinte	80
No terceiro dia útil seguinte	60



No quarto dia útil seguinte	40
No quinto dia útil seguinte	20

C. Densificação do Fator 3: Pontuação da valia técnica da proposta

A “valia técnica da proposta” resulta da avaliação dos produtos de limpeza com impacto ambiental reduzido - 30%

Serão valorizados os seguintes critérios, cada um deles com a ponderação parcial de 25%:

1. Indicação/proposta de pelo menos 10 produtos de limpeza com rotulagem ambiental – rótulo ecológico da UE ou equivalente – 100 pontos;
2. Indicação/proposta de pelo menos 10 produtos de limpeza com taxa de diluição mínima de 1:80 – 100 pontos;
3. Indicação/proposta de pelo menos 5 acessórios de limpeza de microfibra (panos, esfregonas, mopas) – 100 pontos;
4. Indicação/proposta de pelo menos 3 consumíveis com rotulagem ambiental – rótulo ecológico da UE ou equivalente – 100 pontos.

14. Assinatura eletrónica

Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).

A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas, bem como a não apresentação com a proposta do documento referido no número anterior, quando aplicável, é motivo de exclusão.

15. Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto nos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro;
- c) Diretiva n.º 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro;
- d) Em demais legislação aplicável.



16. Lista de anexos

Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57.º do CCP.

Anexo II - Informação geral do concorrente.

Anexo III – Lista dos produtos, acessórios e ferramentas de limpeza e produtos de higiene.

Anexo IV - Modelo de proposta.

Anexo V - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP.



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57.º do CCP]

1 — [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa] e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (4)].



- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II

INFORMAÇÃO GERAL DO CONCORRENTE

[a que se refere n.º 2 do ponto 8 do presente convite]

ANEXO II
Informação geral do concorrente

1. Identificação do concorrente (se agrupamento, identificação do representante do agrupamento)

Denominação Social:	<input type="text"/>	1
Morada (Sede Fiscal):	<input type="text"/>	2
Localidade:	<input type="text"/>	3
Código Postal: <small>xxxx-xxxx localidade</small>	<input type="text"/>	4
País: Portugal	<input type="text"/>	5
NIPC:	<input type="text"/>	6
Capital Social:	<input type="text"/>	7
Matrícula Cons. Reg. Comercial de:	<input type="text"/>	8
Sob o Número:	<input type="text"/>	9
CAE N.º:	<input type="text"/>	10
Região (NUTS II):	<input type="text"/>	11
Concorre em Agrupamento:		12
(Se seleccionou "Sim", indique os NIPC's associados:)		
Denominação	NIPC	Função no Agrupamento

3. Identificação dos órgãos sociais

(insérer mais linhas, caso seja necessário)

Prestador de serviços (Em caso de agrupamento, indicar entidade)	Nome do representante (Assina o procedimento pré-contratual e o contrato)	Função (Cargo do Representante)	NIF N.º (Inserção do Número)	CC N.º (Inserção do Número)	Telefone (N.º Geral da Entidade)	E-mail (E-mail geral da Entidade)

4. Dados de contacto para o procedimento pré-contratual

Responsável de contacto:	<input type="text"/>	13
Cargo do responsável:	<input type="text"/>	14
Contacto telefónico:	<input type="text"/>	15
E-mail:	<input type="text"/>	16

5. Dados de contacto para a gestão do contrato

Responsável de contacto:	<input type="text"/>	17
Cargo do responsável:	<input type="text"/>	18
Contacto telefónico:	<input type="text"/>	19
E-mail:	<input type="text"/>	20



ANEXO III - LISTA DOS PRODUTOS, ACESSÓRIOS E FERRAMENTAS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE

[a que se refere o n.º 3 do ponto 8 do convite]

ANEXO III

[illegible]

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA

[a que se refere o n.º 4 do ponto 8 do convite]

..... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal da [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento dos termos e condições previstos no Convite e Caderno de Encargos, obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem o objeto do contrato, pelo preço global de [por algarismos e por extenso].

Às quantias supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.

Após solicitação do município de Armamar o prazo de entrega dos bens é de dias (de acordo com o n.º I da cláusula 7.ª do caderno de encargos).

..... (local), (data), [assinatura].



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP]

I — [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (I) [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de

agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado digitalmente)

